



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº
(Do Sr. Carlos Sampaio)

Solicita informações do Sr. Ministro de Minas e Energia para esclarecimentos quanto ao pagamento de Royalties a municípios em decorrência da exploração de petróleo.

Sr. Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 50, da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Sr. Ministro de Minas e Energia, as seguintes informações:

I – Quais os valores pagos a municípios brasileiros, a título de royalties, em decorrência da exploração de petróleo na bacia de campos, nos anos de 2006 à 2009, especificando-se os valores pagos mês a mês e os valores trimestrais pagos por conta de participação especial;

II – Quais os critérios utilizados para fins de divisão dos royalties destinados aos municípios brasileiros, apresentando cópia de todas as normas legais aplicáveis ao presente caso;

III – Se houve, no período entre os anos de 2006 e 2009, a apresentação de algum documento, junto aos órgãos subordinados a esse Ministério de Minas e Energia, em especial junto a Agência nacional do Petróleo, onde a empresa Análise Consultoria e Desenvolvimento tenha comparecido como representante de municípios. Em caso positivo, informar quais são esses municípios e fornecer as cópias desses mesmos documentos;

IV – Se a empresa acima referida, Análise Consultoria e Desenvolvimento, exerceu, nos últimos 5 (cinco) anos, alguma atividade própria junto a esse Ministério ou a órgãos que lhe são subordinados. Em caso positivo, listar as atividades exercidas, a data da ocorrência e o nome do representante da empresa.



JUSTIFICAÇÃO

Conforme matéria jornalística do articulista Diogo Mainardi, publicado na Revista Veja de 08 de abril de 2009, a Polícia Federal, no início de 2008, por força de informações obtidas a partir de uma operação realizada por referido órgão policial, iniciou um processo investigativo denominado de “Operação Royalties”.

Essa operação tem por objetivo apurar a ocorrência de diversas suspeitas de irregularidades envolvendo empresa de consultoria, prefeituras e a Agência Nacional do Petróleo, em especial as condutas do diretor Victor Martins à frente dessa agência.

Pelas informações, uma empresa que possui referido diretor como sócio, tem se beneficiado de informações privilegiadas para obter lucros indevidos, com prejuízos a diversos municípios. Sobre esse tema, assim asseverou o jornalista Josias de Souza:

" [royalties] São recursos a que fazem jus os Estados e municípios assentados em áreas nas quais a estatal suga petróleo e gás. Uma montanha de cerca de R\$ 11 bilhões anuais.

Descobriu-se que a PF investiga, desde 2007, denúncias de tráfico de influência e de desvios na definição do pagamento dos royalties.

Um relatório cuja autoria é atribuída a agentes do setor de Inteligência da PF acomodou no centro da polêmica uma consultoria chamada Análise.

Tem como sócio um dos diretores da ANP, o engenheiro Victor de Souza Martins, irmão do ministro Franklin Martins (Comunicação Social).

Presta serviços a prefeituras interessadas em aumentar sua participação na distribuição dos royalties.

Victor Martins diz ter deixado a gestão da Análise em 2005, quando assumiu a cadeira na ANP. No comando da consultoria ficou a mulher dele, Josenia Bourguignon Seabra.

O relatório que vazou da PF anota, porém, que o afastamento do engenheiro foi meramente formal.

Sustenta que Victor Martins teria lançado mão de "informações privilegiadas para conseguir contratos com prefeituras [...]". (Blog do Josias de Souza no site UOL)

A gravidade da questão exige uma ação firme do Poder Legislativo, no exercício de sua função fiscalizadora, razão pela qual, para que se possa iniciar a devida fiscalização, faz-se necessário obter as informações aqui solicitadas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Diante do exposto, os esclarecimentos solicitados neste requerimento são indispensáveis para verificação da legalidade dos atos praticados, aguardando-se a pronta e rápida resposta por parte do Sr. Ministro de Minas e Energia.

Sala das Sessões, de de 2009.

Carlos Sampaio
Deputado Federal